

Política



DECLARAÇÃO DE MINISTRO
Sem regulação, redes sociais são 'caos absoluto'

Em evento do G20, Silvio Almeida disse que adoção de regras para plataformas é 'inevitável'



OPERAÇÃO NÍSIA

Governo tenta superar tensão com o Congresso e acelera a liberação de emendas da Saúde

DIMITRIOS DANTAS, JENNIFER GILBERTI E KAROLINE BANDIERA
globo.com

Em nova crise na relação com o Congresso, o governo acelerou a liberação de emendas parlamentares e tem incentivado o tete-à-tete de ministros com deputados e senadores para ouvir suas demandas. Uma das escaladas para a missão foi a titular da Saúde, Nísia Trindade, que intensificou as agendas com políticos nas últimas semanas e tornou sua pasta a recordista na destinação de recursos aos redutos eleitorais dos congressistas.

Dos R\$ 8,5 bilhões em emendas individuais empenhadas pelo governo até o início da semana, 92% saíram da Saúde, que tem atendido aos pedidos dos parlamentares de forma mais rápida do que outros ministérios. O empenho é a primeira etapa do pagamento, quando a verba é reservada no Orçamento.

O ritmo que o governo impôs para o envio dos recursos é resultado da pressão de parlamentares para abastecer o caixa de prefeituras aliadas a tempo das eleições municipais de outubro. Os R\$ 8,5 bilhões empenhados até agora representam 34% dos R\$ 25 bilhões em emendas previstas no ano. Em 2020, ano da última disputa municipal, o governo federal havia liberado R\$ 7,8 bilhões até o dia 30 de abril, o equivalente a 22% do total.

Procurada, a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política do governo com o Congresso, afirma que o valor liberado neste ano é ainda maior, de R\$ 14 bilhões — a cifra, contudo, não consta nos sistemas oficiais de controle do Orçamento. Segundo a pasta, os recursos só são empenhados após análise técnica do pedido, caso a demanda esteja de acordo.

Entre os partidos mais contemplados até agora estão o PL — maior bancada da Câmara que, apesar de oposição, abriga parlamentares do chamado Centrão —, além de MDB e União Brasil. O PT, segunda maior bancada, fica apenas na quarta posição.

RELAÇÃO TENSÃO

O movimento ocorre no momento em que o Palácio do Planalto tenta contornar uma crise com aliados no Congresso após ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios. A medida havia sido aprovada pela maioria dos parlamentares no ano passado, mas foi suspensa por liminar do ministro Cristiano Zanin. Em outra frente, o governo tenta evitar a derubada em série de vetos de Lula a propostas aprovadas pelo Legislativo. Uma sessão



Mudança. A celeridade na liberação de emendas da Saúde ocorre dois meses após Nísia ser alvo de questionamentos do presidente da Câmara, Arthur Lira

RITMO ACCELERADO

Governo acelera liberação de emendas parlamentares e prioriza Saúde

LIBERAÇÃO DE EMENDAS POR MINISTÉRIO (Em R\$)



TOTAL EMENHADO 8,6 bilhões

ALTOZADO 25 bilhões

LISTA DE PARTIDOS COM MAIS RECURSOS LIBERADOS DA SAÚDE (Em R\$)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Sispro)

atualizado em 2024

para analisar o tema está prevista para a próxima semana. No caso da Saúde, a celeridade no envio do dinheiro a estados e prefeituras ocorre dois meses após Nísia ser alvo de questionamentos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre critérios adotados para liberar essas emendas. Um requerimento assinado em fevereiro pelo deputado e seis líderes de bancada da Câmara

pedia explicações à pasta sobre parâmetros utilizados e restrições impostas que, na visão dos parlamentares, estava dificultando o dinheiro chegar a seu destino.

O cargo de Nísia chegou a ser alvo de coibição do grupo de Lira no ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negociava a entrada do Centrão no governo. PP e Republicanos, partidos que se torna-

ram aliados a partir do meio do ano, porém, ficaram com ministérios com orçamentos menores — Esporte e Portos e Aeroportos, mas a pressão pela cadeira da ministra permaneceu.

Além disso, a edição de uma portaria do governo com novas regras para liberação de recursos apadrinhados por parlamentares, em dezembro, é apontada nos bastidores como o motivo para a ruptura entre Lira e o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Ao mesmo tempo em que acelerou a liberação de emendas, Nísia passou a abrir mais espaço na agenda para atender políticos, numa tentativa de responder a uma das principais queixas sobre sua atuação até aqui: o fato de ter um perfil técnico, pouco afeito à política. Até a semana passada ela havia regist-

do 16 reuniões com deputados, senadores e governadores, quase o dobro das nove realizadas em março.

Nas conversas com políticos, Nísia é acompanhada por secretários e assessores que a ajudam a encaminhar demandas, como pedidos para compra de ambulâncias, de abertura de mais leitos e recursos para a realização de cirurgias.

— Isso (reunião com parlamentares) distensionou a relação. Por outro lado, o governo vai ao Supremo e tenta desfazer a desoneração da folha de pagamento dos municípios, o que gera confusão — disse o senador Hiran Gonçalves (PP-RR), um dos que se reuniram com a ministra da Saúde.

AMBULÂNCIAS

Outro a se reunir com Nísia foi o governador do Amapá, Clécio Luis (Solidariedade), que esteve na sede da pasta no fim de março como líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e o deputado Dorivaldo Malafaia (PDT-AP), para pedir mais recursos para o seu estado. Ao comentar a reunião no dia seguinte, a ministra disse ter atendido ao pedido do grupo: oito ambulâncias.

— É natural e legítimo que os parlamentares tragam suas demandas e que muitas dessas demandas coincidam com as prioridades da pasta e este é o melhor que pode acontecer. Contempla o estado e fortalece o SUS com ações e equipamentos que servem à população — afirmou Nísia ao GLOBO.

Quem também viajou a Brasília para pedir ambulâncias foi o governador do Acre, Cláudio Camelli (PP), que saiu da reunião, na semana passada, com a promessa de 14 unidades para atender o Samu no estado e mais R\$ 10 milhões para concluir uma maternidade.

— O que ouço dos parlamentares é que os retornos que ela dá são cada vez melhores, de não burocratização e isso tem resultado em uma relação muito positiva — disse Camelli.

A ex-côlega de Eraldo, a ex-ministra do Turismo atual deputada Daniela do Waguiinho (União-RJ), também visitou o gabinete de Nísia para apresentar demandas. No caso dela, o pedido foi para o ministério habilitar uma nova UPA 24h em Belford Roxo, seu reduto eleitoral.

Todos os parlamentares, independentemente do partido, têm direito à indicação de emendas parlamentares. No caso das individuais, cada deputado incluiu R\$ 37 milhões no Orçamento da União, enquanto cada senador incluiu R\$ 69 milhões. A legislação determina que metade dos recursos de emendas sejam destinados para a Saúde.